

OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO: UM ANTIGO CONCEITO SOB UM NOVO PARADIGMA

ALEXANDRE JOSÉ CORRÊA – TENENTE-CORONEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

1. INTRODUÇÃO

A luta para controlar as informações e o conhecimento no campo de batalha já podia ser observada nas teorias de Sun Tzu, 25 séculos atrás. Ao final da primeira década do século XXI, é possível constatar algumas consequências do fenômeno da globalização, bem como inferir algumas tendências do mundo atual. O encurtamento das distâncias e a sua correlata variável temporal talvez sejam as mais marcantes e visíveis das consequências citadas. As mudanças dinâmicas que ocorrem hoje tangenciam o paradoxal e impõem forte instabilidade no cenário global, onde ocorrem as relações entre Estados, sociedades, grupos e instituições civis e militares.

A Era da Informação, conforme se apresenta caracterizada na obra de Heide e Alvin Toffler¹, surge como elemento fundamental para a caracterização da atual conjuntura internacional. A gestão das informações na Segurança e Defesa do Estado torna-se vital para sua própria existência e soberania. O ambiente do moderno campo de batalha é cada vez mais descontínuo, assimétrico e multidimensional. As Forças Armadas estão sendo forçadas, cada vez mais, a se envolverem em assuntos que fogem da esfera militar, porém, essenciais na condução das operações, o que vem fortalecendo o conceito de Operações Interagências².

A necessidade de comandantes conduzirem operações conjuntas e combinadas, nas quais a sua Força se integra a escalões mais elevados e se articula com Forças multinacionais, contribui para expandir o ambiente de informação situado na sua tradicional área de interesse. O nível de planejamento conjunto abrange, entre outras, a necessidade de interligação de sistemas de comando e controle (C2) táticos aos correlatos sistemas operacionais e estratégicos. Além disso, é crescente a necessidade da captação e da gestão das informações advindas de todas as áreas do conhecimento, por meio de uma rede de conhecimento global. Dessa forma, as Forças Armadas dependem, cada vez mais, da livre utilização de todo o espectro de informação para cumprirem suas missões, com eficácia e eficiência.

O presente artigo discorrerá sobre como o assunto Operações de Informação (Op Info) está sendo encarado no contexto global e, ainda, buscará destacar algumas implicações para o Exército Brasileiro.

2. PERSPECTIVAS GLOBAIS

A visão nacional sobre a condução das operações conjuntas, à semelhança do que se passa em outras nações, tenderá a adotar uma visão orientada para a produção de efeitos, em que a exploração da superioridade do conhecimento sobre o campo de batalha e as Op Info – destinadas a informar audiências amigas e a influenciar e/ou afetar a vontade do adversário/inimigo para combater – assumirão um papel determinante para a obtenção do sucesso. A necessidade de incluir a informação como fator preponderante na condução da guerra, bem como nos processos que a antecedem, a determinam e naqueles que sucedem as operações militares, tem feito surgir em diversos países numerosos estudos e documentos doutrinários sobre o assunto.

¹ TOFFLER, Alvin e TOFFLER, Heidi (1995). War and anti-War: Survival at the Dawn of the 21 Century, New York, Warner Books.

² Embora ainda não haja doutrina nacional sobre o assunto, e ainda que o foco da OTAN seja um tanto que divergente do foco americano, há um consenso internacional de que Op Interagências referem-se às operações onde ocorrem interações profícuas entre as agências do Governo (incluindo os diversos Ministérios) e as agências não governamentais (ONG e outras agências privadas).

2.1. OTAN

Ao constatar que suas estruturas orgânicas dependiam, de forma significativa, das informações e dos seus processos associados, a OTAN começou a desenvolver uma política para a condução de Operações de Informação. Tal política sempre teve por finalidade “reduzir as vulnerabilidades e aproveitar as oportunidades da Aliança, no que se refere ao controle da informação necessária ao processo de tomada de decisão”⁴. Dentro deste contexto, o documento MC 422/1 (2002) definiu a existência de Op Info de caráter ofensivo e defensivo, coordenadas pelo mais alto nível, de forma que a sua condução reflita uma orientação político-estratégica. Quanto à sua finalidade, observa-se que:

– As Operações de Informação Defensivas procuram “assegurar o acesso permanente e a utilização efetiva da informação e dos sistemas de informação, durante uma situação de paz, crise ou conflito e proteger a informação crítica da Aliança, de forma a atingir determinados objetivos”;

– As Operações de Informação Ofensivas procuram “influenciar a informação e os sistemas de informação disponíveis de um potencial adversário, durante uma situação de paz, crise ou conflito, na consecução de determinados objetivos, ou em resposta a uma ameaça específica”.

A doutrina conjunta e combinada, vertida no documento *Allied Joint Doctrine - 01 (AJP-01 /2005)* apresenta o conjunto das diversas atividades associadas à área das Op Info. Esse documento acolhe e amplia a doutrina dos EUA sobre esta temática, definindo as Operações de Informação como aquelas que “incluem e envolvem a Guerra de Comando e Controle (C2W)⁵ com as atividades políticas, diplomáticas, a Cooperação Civil-Militar (CIMIC)⁶ e a Informação Pública (PI)⁷, assim como quaisquer outras que possam afetar a percepção de um adversário e de quaisquer outras partes envolvidas”⁸.

Surgem assim, dentro das Op Info, dois grupos de atividades distintas: o de aplicação civil e o de aplicação militar. Dentro deste contexto, pode-se constatar que o primeiro inclui as componentes das atividades políticas, diplomáticas, CIMIC e PI que estão, ou poderão vir a estar, relacionadas com a condução das operações militares. O segundo, por sua vez, compreende a condução de atividades de C2W e das Comunicações e Sistemas de Informação (CSI), com a finalidade de negar informação, influir, degradar ou destruir as capacidades de C2 de um adversário, enquanto se protegem os nossos próprios sistemas.

Tanto no AJP-01 (2005), como no MC 422/1 (2002), não são abordados os aspectos táticos relativamente à condução das Operações de Informação. Este ponto de vista foi, no entanto, contemplado no documento MC 348 (1998), no que tange à C2W, que se apóia nos mesmos cinco pilares da doutrina norte-americana. As “fundações” sobre as quais se assentam estes pilares são constituídas pelas informações (todos os aspectos) e pelas Comunicações e Sistemas de Informação.

Outro fato importante de se observar é que, no âmbito da OTAN, as Op Info se desenvolvem ao longo de todo o espectro do conflito (paz, crise, guerra e pós-guerra) e nos três níveis de condução das operações (estratégico, operacional e tático). No entanto, pelo fato da sua aplicação poder ocorrer tanto no âmbito militar como civil, a condução das Op Info requer uma orientação político-estratégica. Esta situação faz com que, normalmente, o planejamento das Op Info se restrinja aos níveis estratégico e operacional.

A OTAN publicou, pela primeira vez, a sua política de Op Info em 1998, realizou uma revisão em 2002 e outra em 2005. Em 23 de novembro de 2009, a Organização publicou o *Allied Joint Doctrine for Information Operations (AJP-3.10)* com o propósito de explicar, doutrinariamente, como as Op Info podem apoiar o planejamento, a condução e a avaliação

⁴ Cf. MC 422/1 – OTAN Military Policy on Information Operations.

⁵ C2W- Command and Control War – o termo inglês é empregado até os dias de hoje, pelas Forças Armadas dos EUA.

⁶ CIMIC – Civil Military Cooperation

⁷ PI – Public Information

⁸ Cf. Allied Joint Doctrine AJP-01(B) (2000).

das operações militares. Apesar de ser um documento focado no nível operacional, o AJP-3.10 deixa bem clara a sua subordinação ao nível político-estratégico, do qual emanam as orientações para as ações militares, como pode ser visto no item 0102 do Capítulo 1:

“Ações militares isoladas não podem resolver crises, mas podem estabelecer condições para que outros atores a resolvam, incluindo para tanto o uso de todas as capacidades do poder nacional, oferecidas pelos estados membros da OTAN.”

Esse mesmo documento define Op Info como “uma função militar que oferece tanto o assessoramento, quanto a coordenação das atividades de informação militar, com a finalidade de criar o efeito desejado na vontade, no entendimento e nas capacidades dos adversários, potenciais adversários e outras partes, após aprovadas pelo Conselho do Atlântico Norte (NAC), em apoio aos objetivos militares estabelecidos pelo Conselho”.

Para cumprir o seu objetivo, a doutrina de Op Info da Aliança Atlântica baseia-se

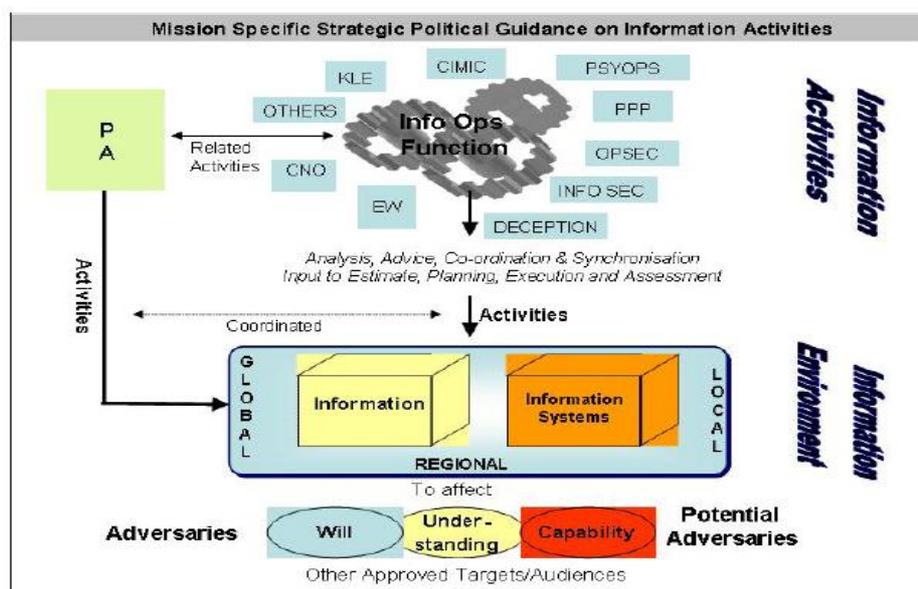


Figura 2: sumário da abordagem das Op Info pela OTAN
Fonte: AJP 3-10, 2009

nos seguintes princípios: abordagem de operações baseadas em efeitos; envolvimento pessoal na direção do comandante; coordenação aproximada e sequencial; informação e inteligência acuradas; planejamento centralizado e execução descentralizada; designação de alvos conjuntos; envolvimento o quanto antes e preparação em tempo hábil; continuidade; monitoramento e avaliação contínuos. Tais princípios são empregados em três áreas de atividades que possuem os seguintes focos específicos:

- atividades que visam mudar, influenciar ou reforçar percepções e atitudes de adversários;
- atividades que visam preservar e proteger a liberdade de manobra da Aliança no ambiente das informações, por meio da defesa de dados e informações que apoiem o processo e a tomada de decisão; e
- atividades que visam atingir a capacidade de comando do adversário, afetando as informações que servem de dados de suporte para o C2, inteligência, vigilância e aquisição de alvos, além daqueles dos quais se valem os sistemas de armas inteligentes.

Dentro das três áreas de atividades descritas acima, as diversas tropas da OTAN podem se valer de uma série de técnicas, ferramentas ou capacidades inerentes à Aliança, de forma que consigam atingir os objetivos propostos ou o estado final desejado. A figura Nr 02 abaixo descreve como as Operações de Informação, conduzidas pela Aliança Atlântica, tornam-se um grande guarda-chuva sob o qual várias outras operações são desenvolvidas, tais como: Operações Psicológicas (PSYOPS), Operações de Segurança (OPSEC), Segurança das Informações (INFO SEC), Dissimulação (DECEPTION), Guerra Eletrônica (EW), Engajamento de Líderes (KLE), Operações de Presença, Postura e Perfil (PPP), Operações Centradas em Redes (CNO), Relações Públicas (PA) e Cooperação Civil-Militar (CIMIC).

Embora a assinatura do Tratado que criou a Aliança Atlântica remonte à 1949, as diferenças culturais e sociais que ainda existem entre os estados membros têm dificultado uma orientação doutrinária clara por parte da OTAN, especialmente pelo desnivelamento doutrinário dos assuntos acima descritos, em cada um dos estados membros. Tais diferenças têm suscitado alguma ambiguidade relativamente à forma como as Op Info devem ser conduzidas e como estas podem ser integradas no planejamento e execução das operações militares, revelando algumas dificuldades na questão de atribuição de responsabilidades na sua execução.

2.2. EUA

Partindo do fato de que a informação tem desempenhado um papel de crescente importância em toda forma de conflito, os EUA foram o País que primeiro decidiu desenvolver um corpo doutrinário específico, vocacionado para sistematizar a utilização da informação no ambiente do futuro campo de batalha. Alvo de um planejamento constante, na doutrina americana as Op Info englobaram, inicialmente, a Guerra de Comando e Controle (C2W), envolvendo o ataque aos meios de Comando e Controle inimigos (C2 – *Attack*) e a proteção da capacidade de C2 amiga (C2 – *Protect*). Posteriormente, este conceito incluiu duas outras atividades de crescente importância para a condução dos conflitos: os Assuntos Cívicos e a Informação Pública. Ao conjunto integrado de todas estas atividades foi atribuída a designação de Operações de Informação, para a qual o Exército Estadunidense elaborou, como suporte doutrinário para a sua condução, o *Field Manual 100-6* (FM 100-6, 1996).

De acordo com o FM 100-6, as Operações de Informação são definidas como “as Operações Militares contínuas, dentro do âmbito da informação militar, que facilitam, reforçam e protegem a capacidade das Forças amigas para obter, processar e atuar sobre a informação, de forma a obter uma vantagem em toda a gama das operações militares”. No que diz respeito aos Sistemas de Informação, o FM 100-6 já apresentava uma descrição das suas funções e do seu papel na condução das operações, distinguindo os sistemas militares dos sistemas cívicos e expondo alguns aspectos relacionados com a sua gestão e segurança.

O problema era que o Comando Conjunto Norte-Americano defendia que as Operações de Informação deveriam incluir a interação com o ambiente de informação global e a exploração ou degradação da informação do inimigo e dos recursos de que este necessita para tomar decisões. Pode-se inferir que, alinhada com a doutrina da OTAN, esta concepção envolvia os três níveis de condução das operações (estratégico, operacional e tático), uma vez que todos eles se revelam necessários para o seu planejamento e execução.

A importância crescente das Op Info, num contexto mais integrado e abrangente (civil e militar), levou o Departamento de Defesa dos EUA a desenvolver doutrina específica para a condução de Op Info Conjuntas. Essa preocupação se traduziu na publicação conjunta - *Joint Publication 3-13* (JP 3-13, 1998), onde os aspectos de interdependência estrutural e funcional entre sistemas cívicos e militares condicionam o processo de planejamento e execução das Op Info. Dentro deste enquadramento, a Guerra de Informação foi definida como “o conjunto das Operações de Informação conduzidas durante um período de crise ou conflito com a finalidade de atingir ou promover a consecução de objetivos específicos sobre um ou mais adversários.” Esta definição alterou o conceito anteriormente estabelecido para a Guerra de Informação (FM 100-6) e fez com que as Op Info passassem a ser desenvolvidas não só no nível estratégico-militar, mas também no nível político-estratégico.

Reflexo desta visão e após os atentados de 11 de setembro de 2001, a *Quadrennial Defense Review*⁹ identificou as Op Info como um dos seis objetivos operacionais críticos para a transformação das Forças Armadas dos EUA. Este documento apontava para a necessidade de as Op Info serem tratadas não apenas como facilitadoras das atividades conduzidas mas, essencialmente, como uma capacidade fundamental, ao lado das operações aéreas, terrestres, marítimas e operações especiais, condicionadoras do sucesso operacional das futuras Forças Armadas. O planejamento de Defesa passou, assim, a encarar as Op Info como uma competência-chave completamente integrada ao planejamento e à resolução de crises, capaz de ser suportada e de poder suportar a condução das operações militares.

Naquela mesma linha de raciocínio, em 30 de outubro de 2003, o Secretário de Defesa Donald H. Rumsfeld aprovou a publicação do *Information Operations Roadmap* (IOR)¹⁰, cuja essência foi tornar as Op Info uma competência militar fundamental, estabelecendo diretrizes e metas para todos os atores envolvidos com a Defesa, desde o nível político-estratégico até o nível tático de atuação. Tendo em vista que o emprego das Op Info se inicia na paz, estende-se durante toda a crise e somente será finalizada após a restauração da paz e da estabilidade, a citada publicação destacou três funções integrantes que deveriam ser alcançadas, em sua plenitude, no mais curto prazo, quais sejam:

- deter, desencorajar, dissuadir e direcionar um adversário por meio da desintegração da sua unidade de comando e intenção de combater, enquanto preserva a sua própria;

- proteger seus planos e desorientar os (o) dos adversários, permitindo, dessa forma, maximizar o efeito das suas forças, obtendo exorbitante vantagem, enquanto o adversário gasta seus recursos para obter efeitos reduzidos ou limitados;

- controlar as comunicações e redes do adversário e proteger as suas, incapacitando, dessa forma, a habilidade do inimigo organizar-se e defender-se, enquanto preserva o efetivo C2 das suas forças.

Seguindo as orientações emanadas pelo Departamento de Defesa, o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas aprovou, em 13 de fevereiro de 2006, a atualização do JP 3-13, cuja versão tornou-se um compêndio detalhado da doutrina de Op Info, para o nível operacional de planejamento e do qual cabe ressaltar alguns conceitos:

- as Op Info são descritas como o emprego integrado das suas capacidades fundamentais, quais sejam, a Guerra Eletrônica (GE), a Guerra Centrada em Redes (GCR), as Op Psicológicas, a Dissimulação e as Op de Segurança, no que tange às suas especificidades e capacidades relacionadas, para influenciar, romper, corromper ou usurpar o processo de decisão humano ou automatizado de um adversário, enquanto se protege o dos aliados;

- constituem capacidades de apoio das Op Info: a Garantia das Info, a Segurança Física, o Ataque Físico, a Contra-inteligência e o Combate Transmitido por Câmeras (*Combat Camera - COMCAM*);

- constituem capacidades relacionadas: as Relações Públicas, a Cooperação Civil-Militar e a Diplomacia Pública; e

- as Op Info terão prioridade da comunidade de inteligência, uma vez que as fontes serão sempre limitadas e, normalmente, o prazo para obtenção dos produtos necessários costuma ser longo, tendo em vista as restrições legais e as especificidades do público-alvo.

De todas as publicações sobre Op Info, a última versão do JP 3-13 foi a que melhor caracterizou o ambiente da informação, descrevendo-o como um agregado de indivíduos, organizações e sistemas que coletam, processam, disseminam ou agem sobre a informação. Seus atores são os líderes, aqueles que tomam decisões, indivíduos e organizações. Os recursos envolvidos são os materiais e sistemas empregados para coletar, analisar, solicitar ou disseminar informações. Dessa forma, o ambiente da informação é onde humanos e sistemas observam, orientam, decidem e agem sobre as informações, constituindo-se assim no principal ambiente onde são tomadas as decisões. Esse ambiente é constituído de três dimensões distintas, conforme mostrado na figura abaixo:

¹⁰ IOR - Roteiro para as Op Info publicado pelo Departamento de Defesa/EUA, disponível em <http://www.iwar.org.uk/iwar/resources/io/io-roadmap.pdf>

Ambiente da Informação
Dimensão Cognitiva - onde são tomadas as decisões humanas. É a dimensão do intangível, onde residem a moral, a coesão das unidades militares, a opinião pública, a consciência situacional, as percepções humanas, as emoções e os entendimentos.
Dimensão da Informação - onde são tomadas as decisões automatizadas, pois é nesta dimensão que as informações são coletadas, processadas, armazenadas, disseminadas, mostradas e protegidas. Possui uma natureza ambígua, pois trata-se da própria informação e o meio pelo qual ela tramita, ocupando-se do conteúdo, da qualidade e do fluxo das informações. Esta dimensão une a outras duas.
Dimensão Física - onde ocorre a interseção do ambiente da informação com o mundo físico. São os computadores e as redes que compõem os sistemas de dados e de comunicações, e que suportam toda a infraestrutura.

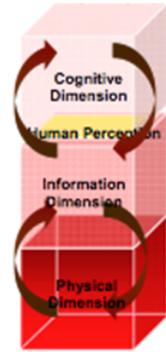


Figura 3: Ambiente de Informação
 Fonte: JP 3-13, 2006

A publicação conjunta JP 3-13 segue detalhando atribuições e formas de atuação para cada uma das capacidades fundamentais, de apoio e relacionadas das Op Info, que foram anteriormente citadas, o que foge ao objetivo do presente artigo. Porém, é interessante destacar o perfeito alinhamento de pensamento entre os níveis político, estratégico, operacional e tático, que embora tenha demorado mais de duas décadas para ser atingido, hoje pode servir de modelo como consciência de defesa para o estamento político de qualquer nação do planeta.

3. IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL

No contexto do novo ambiente operacional, as potencialidades da utilização de diversos tipos de Op Info não podem ser negligenciadas. A dependência do funcionamento dos modernos sistemas, relativamente à informação (ex: SIVAM, DAAe, CINDACTA, bem como o Programa SISFROM, após a sua conclusão), constitui uma vulnerabilidade importante das Forças Armadas brasileiras, motivando uma reflexão profunda por parte dos responsáveis políticos e militares.

O desenvolvimento de dispositivos de proteção para os modernos sistemas de informação encontra-se muito aquém do desenvolvimento dos próprios sistemas de armas. Tanto por razões técnicas como econômicas, considera-se que não será razoável pensar que, hoje ou num futuro próximo, o Brasil poderá vir a dispor de um sistema 100% seguro. No entanto, julga-se importante a adoção de contramedidas e de mecanismos capazes de reduzir este risco. Dentro desse contexto, a vulnerabilidade da infraestrutura de informação nacional deverá também constituir uma preocupação permanente.

Hoje, qualquer país ou grupo pode contratar uma equipe de “hackers” e desenvolver ataques contra as redes de computadores que suportam as infraestruturas críticas nacionais. Estes sistemas poderão ter um potencial destrutivo semelhante ao obtido com a utilização de sistemas de armas dispendiosos e, eventualmente, com uma probabilidade de sucesso mais elevada associada ao seu emprego. Nesse âmbito, existe também uma elevada probabilidade de que um ataque de informação possa ser conduzido fora do ambiente militar tradicional, sem que seja necessária a condução de ataques convencionais por parte de um Estado ou de atores não estatais. Esse cenário eleva o contexto das Op Info para o paradigma da Guerra de Informação, refletindo a necessidade imperiosa do desenvolvimento de uma capacidade nacional de Op Info, tanto de natureza defensiva como ofensiva.

Ainda que a discussão do paradigma da Guerra de Informação esteja além do foco das próprias Op Info, devem-se ressaltar dois aspectos fundamentais:

- as ações de Guerra de Informação podem contribuir para reduzir a destruição física associada ao fenômeno da guerra, mas não podem alterar as consequências legais e diplomáticas que estão associadas a ela;
- a vulnerabilidade a ataques de informação é diretamente proporcional ao desenvolvimento tecnológico de uma Nação ou Força Armada, uma vez que estas, geralmente, empregam e dependem de sistemas complexos.

A importância crescente das Op Info, na condução das operações atuais e futuras, tem obrigado a um esforço contínuo de revisão e adequação da doutrina existente aos novos desafios operacionais que a maioria dos países mais desenvolvidos está enfrentando. No Brasil, o tratamento doutrinário das Operações de Informação é ainda relativamente limitado, ainda em fase de concepção. A visão instrumental de diversas capacidades funcionais que a Força Terrestre já possui (Intlg, GE, Op Psico, Com Soc e Def Cibernética), no nível tático, deve dar lugar a uma visão integradora dessas tais capacidades existentes ou desenvolvê-las, num contexto mais amplo, de forma que possibilite o desenvolvimento eficaz das Op Info, no nível operacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente estratégico internacional evidencia o fato de que a resolução e a prevenção de futuros conflitos envolverão, cada vez mais, uma coordenação estreita de todos os campos do poder, assim como o tradicional campo de batalha. Nesse contexto, a contribuição das Op Info para informar e influenciar a vontade e o comportamento de adversários ou das partes em conflito, e para afetar os meios que estes podem utilizar para impor a sua vontade, assume uma relevância estratégica sem precedentes. A incorporação das Op Info, nas estratégias e doutrinas militares convencionais, tem acontecido na maior parte das Forças Armadas ocidentais. No entanto, é lícito supor que ainda demorará algum tempo até que a sua doutrina de emprego esteja perfeitamente consolidada no nível da condução das diversas áreas da ação estratégica dos Estados.

A avaliação dos efeitos produzidos no domínio da informação, na percepção da realidade e na vontade dos decisores, envolve outras dimensões além das relacionadas com o contexto das operações militares tradicionais, orientadas para o atrito com uma Força adversária. Muitos dos efeitos na vontade são atingidos no domínio da informação que suporta a decisão, revelando implicações, também não negligenciáveis, nos domínios cognitivo e social. Assim, as Op Info são caracterizadas não apenas pelo que é percebido pelo homem, mas também por fatores não tangíveis que, na maior parte dos casos, não são nem facilmente medidos, nem convenientemente fundamentados.

As visões doutrinárias mais recentes mostram claramente um entendimento comum das Op Info e do seu papel nos conflitos atuais e emergentes. A plena integração das Op Info, no contexto global das operações militares, começa a constituir um desafio para Brasil, quer no nível do desenvolvimento de uma política e doutrina nacional, quer ao nível de desenvolvimento de competências específicas neste domínio, o que acabará refletindo na Força Terrestre, mais cedo ou mais tarde, na forma de ajustamentos de estruturas existentes ou mesmo na criação de novas estruturas que venham a possibilitar o EB a acompanhar a evolução da arte da guerra.

5. REFERÊNCIAS

AFDD 2-5, (2002). "Air Force Doctrine Document 2-5: Information Operations", Documento Doutrinário da Força Aérea dos EUA, 04 Janeiro 2002. Disponível em: <http://www.e-publishing.af.mil/pubfiles/afdc/dd/afdd2-5/afdd2-5.pdf>.

AJP 3-10, (2005). "OTAN Information Operations Doctrine", Study Draft 3, OTAN Unclassified. Draft de Documento Doutrinário da OTAN, 12 Janeiro 2005.

AJP-01(B), (2000). Allied Joint Doctrine AJP-01(B), Documento Doutrinário OTAN, 20 Setembro.
ALE, (2005). "Teilkonzeption Informationsoperationen der Bundeswehr (TK InfoOpBw)" (Subconcept Information Operations of the Bundeswehr), Ministry of Defence, VS-NfD (Restricted), Documento Doutrinário da Alemanha, Fevereiro 2005.

BEL, (2004). "Belgische intercomponenten doctrine voor informatie operaties", Draft de Doutrina Belga Conjunta para Operações de Informação de Maio de 2004, actualmente em revisão por se basear no AJP-3.10.

CALDARELLA, R. (1995). "Information Warfare: The Vision", em Proc. TMSA Information Warfare Conference, Washington, D.C, Junho 12-13, p.32.

CAN, (1998). "CF Information Operations", National Defence, Chief of the Defence staff, Doc code B-GJ-005-313/FP-000, Documento Doutrinário do Canadá, 15 Abril 1998, Disponível em: http://www.forces.gc.ca/dcds/jointDoc/docs/af010_e.pdf

CAN, (2004). "Information Operations Policy for CF International Operations", Documento Doutrinário do Canadá, Dezembro 2004.

FM 100-6, (1996). Information Operations, Documento Doutrinário do Exército dos EUA, 27 de Agosto. Disponível em: <http://www.jya.com/fm100/fm100-6.htm>, 15-09-2003 /10H50.

FM 3-13, (2003). "Information Operations: Doctrine, Tactics, Techniques, and Procedures", Documento Doutrinário do Exército dos EUA, Novembro 2003. Disponível em: http://www.adtdl.army.mil/cgi-bin/atdl.dll/fm/3-13/fm3_13.pdf
<http://www.jya.com/fm100/fm100-6.htm>.

HOL, (2001). "Beleidskader Information Operations (Op Info) (Information operations policy), Documento Doutrinário da Holanda, Junho 2001.

JOINT PUB 1-02, (1994). DoD Dictionary of Military and Associated Terms, Documento Doutrinário dos EUA, 24 de Março.

JP 3-13, (1998). "Joint Doctrine for Information Operations Publication", Joint Chiefs of Staff, Joint Electronic Library, Documento Doutrinário dos EUA, 09 Outubro 1998. Disponível em http://www.dtic.mil/doctrine/jel/new_pubs/jp3_13.pdf.

JP 3-13, (2004). "Joint Doctrine for Information Operations Publication – second draft", Joint Chiefs of Staff, Joint Electronic Library, Documento Doutrinário dos EUA, 14 Dezembro 2004. Disponível em http://www.dtic.mil/doctrine/jel/drrraafftt_pubs/3_13sd.pdf.

JWP 3-80, (2002). "Information Operations: Joint Warfare Publication 3-80", Joint Doctrine and concepts Centre (JDCC). Documento Doutrinário do Reino Unido, Junho 2002.

MNIOE, (2004). "Whitepaper "Information Operations (Op Info) in Future Coalition Operations", Versão 1.0, Unclassified. Documento Doutrinário do MNIOE, 4 Outubro 2004.

NOR, (2002). Forslag til "Konsept for militære informasjonsoperasjoner (Mil Op Info)" (Concept for military information operations (Mil Op Info), Documento Doutrinário da Noruega, 20 Dezembro 2002.

SAS057, (2005). "Overview of Op Info Documents", SAS-057 – WP 1, Maio 2005.

SEGURA, Agustin (2002). "Nível Operacional e Tático: Operaciones de Información", em Revista Ejército de Tierra Español, Nº 738, Setembro, pp. 31-38.

SUE, (2004). "Perspective IO – Swedish Armed Forces view on information operation", English version. Documento Doutrinário da Suécia, Setembro 2004.

TOFFLER, Alvin (1991). The Third Wave, New York Bantam Books, New York.

TOFFLER, Alvin e TOFFLER, Heidi (1995). War and anti-War: Survival at the Dawn of the 21 Century, New York, Warner Books.

SOBRE O ARTIGO E O AUTOR

Citação:

CORRÊA, A. J. Operações de informações: um antigo conceito com um novo paradigma. **Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares**, nº 27, 3º quadrimestre 2012. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

Resumo:

A Era da Informação surge como elemento fundamental para a caracterização da atual conjuntura mundial. A gestão das informações na segurança e defesa do Estado tornou-se vital para sua própria existência e soberania. O ambiente do moderno campo de batalha é cada vez mais descontínuo, assimétrico e multidimensional, o que contribui para a complexidade do ambiente da informação, antes situado na sua tradicional área de interesse.

Paradoxalmente, muito pouco já se estudou sobre o assunto no Brasil. Os chamados Atores Globais começaram a discutir a Guerra da Informação na década de 1990 do século passado. Desde então, a doutrina sobre as Operações de Informação vem sofrendo modificações e adaptações que visam atender as necessidades específicas de cada ator ou Força Armada, muitas das quais, vinculadas diretamente ao grau de desenvolvimento tecnológico que se atingiu em determinado momento. Tal fator contribuiu de forma marcante para a dificuldade de consenso entre as diferentes doutrinas, mesmo entre os países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

O presente artigo tem a finalidade primordial de estabelecer os parâmetros iniciais para a conceituação e a discussão sobre a doutrina de Operações de Informação (Op Info) no Exército Brasileiro.

Sobre o autor:

ALEXANDRE JOSÉ **CORRÊA** – Tenente-Coronel do Exército Brasileiro, doutor pela ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (2008). Atualmente servindo na 3ª Subchefia do Estado-Maior do Exército.
<http://lattes.cnpq.br/0465895972253348>

Contato:

Email: ajcorrea90@gmail.com

Recebido em 29 de maio de 2012

Aprovado para publicação em dezembro de 2012